



**8ª Edição da Pós-Graduação
em
Fiscalidade**

Índice

1. Enquadramento	3
1.1 Justificação e Objetivos.....	3
1.2 Destinatários.....	3
1.3 Módulos da Pós-Graduação.....	3
2. Coordenação científica, direção de curso e corpo docente:	4
2.1 Coordenação Científica e Direção de Curso	4
2.2 Equipa de formadores.....	4
3. Estrutura e Funcionamento:	4
3.1 Propinas e condições de pagamento.....	4
3.2 Duração e Horário	5
3.3 Local.....	5
3.4 Número de Participantes	5
3.5 Sistema de Avaliação de Conhecimentos e Certificação	5
4. Processo de Candidatura	6
4.1 Candidaturas.....	6
4.2. Documentos necessários à candidatura	6
4.3. Processo de seleção dos candidatos	6
4.4. Inscrições.....	7
4.5. Informações Adicionais.....	7
5. Estrutura do Curso	8

1. Enquadramento

1.1 Justificação e Objetivos

A fiscalidade faz, inexoravelmente, parte da vida dos cidadãos e das empresas e outras entidades, os quais devem estar atentos às suas obrigações e direitos face à lei tributária. As frequentes alterações das normas tributárias e a sua complexidade justificam o tratamento integrado da lei tributária e da gestão fiscal ao nível duma pós-graduação.

Este curso tem como objetivo dotar os alunos de competências especializadas nas várias vertentes da área da Fiscalidade, visando a formação de técnicos capazes de compreender e aplicar duma forma abrangente e integrada as leis tributárias, quer enquanto quadros das empresas, quer enquanto profissionais da área da contabilidade, quer como consultores fiscais independentes.

1.2 Destinatários

O curso de Pós-graduação em Fiscalidade é uma formação de desenvolvimento, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos da legislação fiscal com forte componente prática. Os destinatários deste curso são:

- Licenciados em Gestão, Contabilidade, Economia, Direito e áreas afins.
- Técnicos Oficiais de Contas, ainda que não licenciados, desde que possuam um currículo considerado relevante pelo órgão competente.
- Titulares de qualquer curso superior que possuam uma formação ou experiência profissional suficientes para a integração na pós-graduação.

1.3 Módulos da Pós-Graduação

Módulo	Designação	ECTS	Duração
1	<i>Estrutura do Sistema Fiscal Português</i>	1	4h
2	<i>Procedimento e Contencioso Tributário</i>	3	16h
3	<i>Tributação do Património</i>	4	20h
4	<i>Tributação do Consumo</i>	5	28h
5	<i>Tributação do Rendimento</i>	9	48h
6	<i>Fiscalidade Internacional e Planeamento Fiscal</i>	3	16h
7	<i>Concentração e Cooperação Empresarial</i>	2	12h
8	<i>Conferências especializadas</i>	1	8h

2. Coordenação científica, direção de curso e corpo docente:

2.1 Coordenação Científica e Direção de Curso

Cristina Sá

Professora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria

Fernando Amado

Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria

2.2 Equipa de formadores

Módulo	Designação	Formador
1	Estrutura do Sistema Fiscal Português	Rui Morais
2	Procedimento e Contencioso Tributário	Carlos Borges
3	Tributação do Património	José Maria Pires
4	Tributação do Consumo	Autoridade Tributária
5	Tributação do Rendimento	Cristina Sá / Fernando Amado
6	Fiscalidade Internacional e Planeamento Fiscal	Cidália Lopes
7	Concentração e Cooperação Empresarial	José Carreira
-	Conferências especializadas sobre temas atuais de fiscalidade	A designar

3. Estrutura e Funcionamento:

3.1 Propinas e condições de pagamento

A propina da Pós Graduação em Fiscalidade tem o valor de 2.000 €, valor devido após efetivação da matrícula.

O pagamento pode ser efetuado em duas prestações, sendo uma no ato da matrícula, no valor de 1.200 €, e outra até ao dia 10 de Janeiro de 2018 (800 €).

(Os alunos que o pretendam poderão efetuar o pagamento de uma só vez, no ato da matrícula, presencialmente nos Serviços Académicos da ESTG ou por cheque à ordem do IPL, beneficiando de uma redução de 100 €).

3.2 Duração e Horário

A Pós-graduação tem a duração de 152 horas, a parte letiva tem início em novembro de 2017 e término em junho de 2018.

Início de aulas: 03 de novembro de 2017

Horário: Sexta – das 18:30 às 22:30

Sábado – das 09:00 às 13:00

3.3 Local

As aulas terão lugar na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, no Campus 2, em salas a designar.

3.4 Número de Participantes

O número mínimo de participantes é de 14 formandos.

3.5 Sistema de Avaliação de Conhecimentos e Certificação

O estudante que tenha frequentado, pelo menos, 75% das horas totais pode submeter-se a avaliação, em Época de Avaliação Periódica, mediante a realização de um teste escrito, ou outro elemento de avaliação definido, em cada um dos módulos.

O estudante que não obtenha aprovação na referida Época de Avaliação Periódica, poderá submeter-se a avaliação na Época Normal ou na Época de Recurso. A realização da avaliação em Época de Recurso está sujeita a inscrição e ao pagamento do emolumento previsto na Tabela de Emolumentos do IPL.

O estudante que desejar fazer melhoria de nota poderá submeter-se a avaliação na Época de Recurso, mediante a inscrição e pagamento do emolumento previsto na Tabela de Emolumentos do IPL.

Ao estudante que obtenha aprovação num destes momentos de avaliação em todos os módulos será atribuída uma Certidão de Pós-graduação com a nota obtida.

Ao estudante que não tenha sido sujeito a avaliação será atribuído um Certificado de Frequência, desde que tenha frequentado pelo menos 75% das horas totais do curso.

Pode ainda frequentar a presente Pós-graduação o estudante que, no momento da candidatura, não seja detentor de grau académico (Bacharelato ou Licenciatura). O predito candidato pode igualmente submeter-se a avaliação em qualquer das épocas e, caso seja aprovado, obterá uma Certidão de Especialização em Fiscalidade.

Caso obtenha, no decorrer do curso de Pós-graduação o grau de licenciado, ao mesmo será atribuída a Certidão de Pós-graduação.

4. Processo de Candidatura

4.1 Candidaturas

Candidaturas on-line: 18 de setembro a 15 de outubro de 2017 (<http://candidaturas.ipleiria.pt>)

As candidaturas poderão ser realizadas até ao dia 15 de outubro de 2017 através do preenchimento da ficha de candidatura em www.ipleiria.pt e o pagamento do valor de 60,00 € via multibanco, disponibilizando-se, para o efeito, referências para pagamento por esta via.

4.2. Documentos necessários à candidatura

- *Curriculum Vitæ* em modelo *Europass*;
- Fotocópia do Certificado de Habilitações;
- Preenchimento do boletim de candidatura online;
- 1 Fotografia;
- Comprovativo do pagamento da taxa de candidatura.

Esta documentação deverá ser entregue por correio ou pessoalmente em:

Secretariado de Pós-Graduações (Sandra Brás)
Campus 2, Edifício B, R/C Dt.
Morro do Lena – Alto do Vieiro
2411-901 Leiria

4.3. Processo de seleção dos candidatos

Os critérios de seleção dos candidatos respeitam a seguinte ordem de prioridades:

- i. Grau académico;
- ii. Classificações de licenciatura e de outro(s) grau(s) ou diploma(s) de pós-graduação detidos pelo candidato;
- iii. Currículo profissional;
- iv. Currículo académico e ou científico.

A seriação dos candidatos é efetuada por um júri composto pelos elementos da Coordenação Científica e Direção da Pós-Graduação. O júri pode, em caso de empate, dar preferência aos candidatos a quem for atribuída melhor pontuação no currículo profissional. Persistindo o empate, a preferência será determinada pelo resultado de entrevista pessoal a realizar.

Divulgação dos resultados: 21 de outubro de 2017

4.4. Inscrições

Matrículas on-line: 24 a 31 de outubro de 2017

A inscrição está sujeita a uma taxa de candidatura no valor de 60,00 € a pagar no ato de candidatura.

4.5. Informações Adicionais

Secretariado de Pós-Graduações (Sandra Brás)
Campus 2, Edifício B, R/C Dt.
Morro do Lena – Alto do Vieiro
2411-901 Leiria
Tel. 244 820 308 - Fax. 244 820 310
E-mail: posgraduacoes@estg.ipleiria.pt
www.ipleiria.pt

5. Estrutura do Curso

Estrutura do Sistema Fiscal Português

Formador: Rui Morais

Prof. da Universidade Católica Portuguesa

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor em Direito na área das Ciências Jurídico-Económicas pela Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, em 2004. Provas de Agregação em Direito em Dezembro de 2013. Professor catedrático da Universidade Católica Portuguesa.

Programa

- Caracterização do sistema fiscal português
- Estrutura da receita de impostos em Portugal

Procedimento e Contencioso Tributário

Formador: Carlos Matos Borges

Diretor de Finanças Adjunto do Departamento B da Justiça na Direção de Finanças de Lisboa, em regime de substituição

é Diretor de Finanças Adjunto do Departamento B da Justiça na Direção de Finanças de Lisboa, em regime de substituição desde fevereiro de 2014. Anteriormente foi Chefe de Divisão da Divisão de Acompanhamento de Devedores Estratégicos da Direção de Finanças de Lisboa, em regime de substituição, coordenador da Equipa de Apoio Jurídico na Divisão de Gestão da Dívida Executiva da Direção de Finanças de Lisboa e técnico de Administração Tributária Adjunto no Serviço de Finanças de Lisboa 1 e na 2.ª Direção de Finanças de Lisboa. É licenciado em Direito (1997) pela Universidade Internacional de Lisboa.

Foi formador da DGCI no âmbito das Execuções Fiscais "Qualificação do Processo de Execução Fiscal.

Foi orador no Curso de Especialização "Temas de Direito Fiscal" do Centro de Estudos Judiciários 2012 "A autoliquidação/substituição tributária e a repercussão do imposto - a questão da (i)relevância jurídico-penal dos métodos indiretos" 2013 "O conceito de residente no direito Nacional, Europeu e Internacional" 2014 "Os meios de impugnação Graciosos e o Processo de Impugnação Judicial".

Membro do grupo de trabalho de implementação do GPS (gestão de processos e serviços) nas Direções de Finanças.

Membro do grupo de trabalho para o estudo das obrigações fiscais em caso de insolvência.

Programa

- Breve revisão e aprofundamento conceptual face à CRP, LGT, CPPT, CC, CPC e CSC
- Aspetos fundamentais do procedimento e das relações

Tributação do Património

Formador: José Maria Pires

Autoridade Tributária

Concluiu a fase curricular e de Doutoramento em direito Público na Universidade Católica Portuguesa e é docente em mestrados e Pós-Graduações em várias instituições de ensino superior, em particular na Faculdade de Economia do Porto e no ISCTE.

Integrou o grupo de trabalho que concebeu os ante-projetos de reforma da Tributação do património de 2003/2004 e foi coordenador nacional do núcleo de Implementação da Reforma dos Impostos sobre o Património da DGCI que entre 2003 e 2005 assegurou a sua implementação.

Programa

- A evolução da tributação do património em Portugal
- O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);
- O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT);
- O Imposto do Selo nas Transmissões Gratuitas;
- O regime específico de tributação dos rendimentos das atividades imobiliárias em IRS, IRC e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Tributação do Consumo

Formador: A definir

Autoridade Tributária

Programa

- Harmonização dos impostos sobre o consumo
- Regime geral do Imposto sobre o Valor Acrescentado
- Regime geral do IVA nas Transações Intracomunitárias
- Regimes especiais do IVA nas Transações Intracomunitárias

Tributação do Rendimento

Formador: Cristina Sá

Professora Adjunta Convidada na ESTG/IPL

Docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria. Membro da coordenação e direção do curso de pós-graduação em fiscalidade da ESTG. Licenciada em Organização e Gestão de Empresas (2002) Doutorada em Gestão, na especialidade de Fiscalidade, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2014). É formadora na área da tributação do rendimento em diversas organizações. Técnica oficial de Contas. Tem apresentado diversas comunicações em conferências e revistas da especialidade.

Formador: Fernando Amado

Revisor Oficial de Contas e Professor Adjunto na ESTG/IPL

Revisor oficial de contas desde 1993. Professor na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria nas áreas de contabilidade, fiscalidade e finanças.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo ISCTE. Tem uma pós-graduação em ciências empresariais pelo ISCTE e uma pós-graduação em Contabilidade e Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Detém o título de especialista em ciências empresariais – Contabilidade e Finanças.

É autor do livro “Tributação do Desporto em Portugal” e de vários artigos de opinião no Jornal de Leiria” e Revista Invest.

Programa

- Estudo do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares incluindo os Benefícios Fiscais em sede de IRS.
- Estudo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas incluindo os Benefícios Fiscais em sede de IRC.
- Aprofundamento de temas de Imposto sobre o Rendimento de maior complexidade com apresentação de exemplos ilustrativos de enquadramento tributário

Fiscalidade Internacional e Planeamento Fiscal

Formador: Cidália Mota Lopes

Professora Coordenadora no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC)

Doutora em Gestão, Mestre em Economia Europeia e Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Desempenha funções como Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão de Auditoria no Banco Comercial Português S.A. Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) na área fiscal. Docente convidada do Mestrado em Contabilidade e Finanças da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Membro do Conselho Científico da Associação Fiscal Portuguesa (AFP). Membro da International Fiscal Association (IFA). Publicou livros e artigos na área fiscal, em especial: A Fiscalidade das Pequenas e Médias Empresas – Estudo comparativo na União Europeia (1999); Quanto custa pagar impostos em Portugal? Os custos da tributação do rendimento (2008); Fiscalidade – Outros Olhares (2013) (coordenação); A Fiscalidade das Sociedades Insolventes (2015) (co-autora).

Programa

- A noção de planeamento fiscal: os limites do planeamento fiscal
- O Direito Fiscal Internacional e o Direito Comunitário
- As medidas nacionais anti abuso perante a liberdade de estabelecimento e de circulação de capitais

- A jurisprudência comunitária e as suas consequências
- Os limites à dedutibilidade dos custos de financiamento das empresas: medidas nacionais e TJCE
- A situação atual das CFC no Direito Comunitário e as suas consequências

Concentração e Cooperação Empresarial

Formador: José Maria Carreira

Revisor Oficial de Contas e Professor Adjunto na ESTG/IPL

Possui formação superior em Contabilidade (Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra) em Economia (Lic - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) e em Direito (Pós graduação - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).

É professor do Ensino Superior desde 1987, tendo lecionado no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra e sendo atualmente professor do Departamento de Gestão da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, funções que acumula com as de Revisor Oficial de Contas e Consultor de Empresas.

Programa

- Razões para a concentração e cooperação empresarial;
- Breve caracterização dos grupos de empresas no direito das sociedades, direito fiscal e normas contabilísticas;
- Fusões e Cisões de Sociedades: regimes face à lei das sociedades, códigos tributários, normas contabilísticas e diretivas comunitárias de enquadramento;
- Incentivos fiscais à concentração empresarial;
- ACEs, Consórcios e outras formas de cooperação empresarial.

Conferências Especializadas

Formador: A definir

Objetivos

Debater e aprofundar temas atuais da fiscalidade e de áreas adjacentes como o direito ou a contabilidade.